

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>Capítulo 1 – BREVE HISTÓRICO</b> .....	<b>17</b>
1.1 O fenômeno da coletivização do processo .....	17
1.2 A gênese e a evolução da ação civil pública .....	19
<b>Capítulo 2 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES</b> .....	<b>23</b>
2.1 A questão terminológica .....	23
2.2 O conceito de ação civil pública .....	24
2.3 A natureza jurídica da lei da ação civil pública.....	26
2.4 Ação civil pública e ação popular .....	28
2.5 Outros mecanismos de defesa judicial de interesses coletivos e difusos.....	31
<b>Capítulo 3 – OS INTERESSES JURÍDICOS TUTELÁVEIS</b> .....	<b>35</b>
3.1 A acepção do termo interesse e seu conceito jurídico.....	35
3.2 Interesse jurídico material .....	36
3.3 Interesse jurídico processual .....	37
3.4 Interesse público e privado .....	38
3.5 Os interesses metaindividuais: difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	40
3.5.1 Interesses difusos .....	43
3.5.2 Interesses coletivos.....	48
3.5.3 Interesses individuais homogêneos .....	51
3.5.4 A ação civil pública e a defesa dos interesses individuais homogêneos .....	54
<b>Capítulo 4 – COMPETÊNCIA</b> .....	<b>59</b>
4.1 Jurisdição e competência .....	59
4.2 Competência em sede de ação civil pública.....	60
4.3 Competência material da Justiça do Trabalho.....	65
4.3.1 Competência para a ação civil pública em tutela do meio ambiente do trabalho.....	67
4.4 Competência funcional da Justiça do Trabalho.....	72

<b>Capítulo 5 – O OBJETO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....</b>	<b>79</b>
5.1 O objeto da ação no contexto do Direito Processual.....	79
5.2 O objeto da ação civil pública.....	80
5.2.1 Condenação em dinheiro.....	84
5.2.2 Condenação em obrigação de fazer ou não fazer.....	85
5.2.3 Ampliação do objeto da ação civil pública.....	93
5.2.4 Tributos, contribuições previdenciárias e FGTS como objeto da ação civil pública.....	94
<b>Capítulo 6 – TUTELA CAUTELAR E ANTECIPADA.....</b>	<b>97</b>
6.1 Tutela cautelar ou preventiva.....	97
6.2 A tutela cautelar na ação civil pública.....	99
6.3 A tutela antecipada.....	103
6.4 A tutela antecipada na ação civil pública.....	104
<b>Capítulo 7 – CONDIÇÕES DA AÇÃO.....</b>	<b>107</b>
7.1 Introdução.....	107
7.2 Possibilidade jurídica do pedido.....	108
7.3 Interesse processual.....	112
7.3.1 Interesse processual quanto ao Ministério Público.....	113
7.3.2 Interesse processual quanto aos demais legitimados.....	114
7.4 Legitimidade ativa <i>ad causam</i> .....	115
7.4.1 Legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho.....	117
7.4.2 Legitimidade ativa das entidades sindicais.....	120
7.5 Legitimidade passiva.....	123
7.6 Natureza da legitimação.....	126
<b>Capítulo 8 – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....</b>	<b>131</b>
8.1 Formas de atuação do Ministério Público do Trabalho.....	131
8.2 Atuação do Ministério Público do Trabalho na ação civil pública.....	134
8.2.1 O Ministério Público do Trabalho como parte.....	135
8.2.2 O Ministério Público do Trabalho como fisco da lei.....	137
<b>Capítulo 9 – DESISTÊNCIA OU ABANDONO DA AÇÃO.....</b>	<b>141</b>
9.1 A desistência ou abandono da ação civil pública.....	141
9.2 A desistência ou abandono da ação civil pelo Ministério Público.....	145
<b>Capítulo 10 – LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA.....</b>	<b>149</b>
10.1 Introdução.....	149
10.2 Litisconsórcio ativo na ação civil pública.....	150

10.2.1 Litisconsórcio entre Ministérios Públicos .....	152
10.3 Litisconsórcio passivo na ação civil pública .....	155
10.4 Assistência na ação civil pública.....	157

**Capítulo 11 – ACORDO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....159**

**Capítulo 12 – RITO PROCESSUAL.....163**

**Capítulo 13 – TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA .....167**

13.1 A questão do veto.....	167
13.2 Conceito e natureza jurídica.....	169
13.3 Dos órgãos legitimados para tomar termo de ajuste de conduta .....	170
13.4 Objeto do termo de ajuste de conduta .....	173
13.5 Da forma do termo de ajuste de conduta.....	174
13.6 A natureza jurídica da multa prevista no termo de ajuste de conduta .....	175
13.7 Efeito do termo de ajuste de conduta sobre os demais co-legitimados .....	176
13.8 Efeito do termo de ajuste de conduta sobre o compromitente.....	176
13.9 Eficácia e vigência do termo de ajuste de conduta.....	177
13.10 Execução do termo de ajuste de conduta perante a Justiça do Trabalho .....	178
13.11 Revisão e rescisão do termo de ajuste de conduta.....	181

**Capítulo 14 – SENTENÇA.....183**

14.1 Introdução .....	183
14.2 Natureza jurídica da sentença na ação civil pública.....	184

**Capítulo 15 – COISA JULGADA.....187**

15.1 Coisa julgada nos conflitos intersubjetivos de interesses.....	187
15.2 Coisa julgada em matéria de interesses transindividuais .....	188
15.3 A questão da alteração do art. 16 da LACP .....	196

**Capítulo 16 – RECURSOS.....203**

16.1 Dos recursos cabíveis na ação civil pública proposta na Justiça do Trabalho .....	203
16.2 Irrecorribilidade das decisões interlocutórias no Processo do Trabalho....	204
16.3 Concessão de efeito suspensivo aos recursos.....	206
16.4 Da alçada recursal em ação civil pública .....	207
16.5 Desistência e renúncia do recurso .....	208

**Capítulo 17 – EXECUÇÃO.....211**

17.1 Introdução .....	211
-----------------------	-----

17.2	Execução da sentença na ação civil pública.....	212
17.2.1	Execução de obrigação de fazer e não fazer.....	212
17.2.2	Execução de obrigação de pagar quantia certa em dinheiro.....	214
17.3	Execução relativa a interesses difusos e coletivos .....	216
17.4	Execução relativa a interesses individuais homogêneos .....	216
17.5	Desinteresse ou abandono da ação de execução pelo autor da ação civil pública de cognição .....	216
<b>Capítulo 18 – PRESCRIÇÃO .....</b>		<b>219</b>
<b>Capítulo 19 – INQUÉRITO CIVIL.....</b>		<b>223</b>
19.1	Origem e evolução legislativa.....	223
19.2	Conceito, natureza jurídica e finalidade.....	224
19.3	Objeto do inquérito civil .....	226
19.4	Titularidade para instauração e presidência do inquérito civil.....	227
19.5	Iniciativa para a instauração do inquérito civil .....	228
19.6	Dispensabilidade do inquérito civil.....	230
19.7	Valor da prova colhida no inquérito civil.....	230
19.8	Fases do inquérito civil.....	231
19.8.1	Fase da instauração .....	232
19.8.2	Fase instrutória.....	233
19.8.3	Fase conclusiva .....	238
<b>Capítulo 20 – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ .....</b>		<b>243</b>
20.1	Introdução .....	243
20.2	A litigância de má-fé na ação civil pública.....	245
<b>Capítulo 21 – SUCUMBÊNCIA .....</b>		<b>251</b>
<b>Capítulo 22 – OS SINDICATOS E A LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....</b>		<b>259</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>267</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>		<b>271</b>